



SALVADOR E SUAS CORES [2021]
Por uma Agenda Antirracista para as Cidades Brasileiras, Africanas
e da Diáspora Negra nas Américas

PM ASSACINA – O ERRO É CONTAGEM

TIAGO BALEM¹

PAULO BELO REYES²

Resumo: Neste artigo, orienta-se pela noção de política de Jacques Rancière para pensar uma cena experienciada no protesto de 19 de novembro de 2020, um dia após a morte de João Alberto Silveira Freitas, ocorrida no supermercado Carrefour, em Porto Alegre, RS. O texto é uma reflexão sobre as práticas daqueles que não têm a propriedade da palavra, segundo uma “ordem policial” - pois estão separados num ordenamento social dos que têm direito. A partir das proposições de Rancière, correlaciona-se a cena a um ato de “política”, ou seja, aquele que desestabiliza o regime de distribuição social, e que se rompe na emergência do sujeito que produz a cena. Descreve-se que é ela quem transbordou essa separação, pelo excesso, e dispara um processo de subjetivação pela combinação de dois gestos de política: a visibilidade do dano (correção de desigualdades e assimetrias; redefinição do que pode ser visto, dito e pensado) e “desidentificação” (com as identidades sociais impostas na “partilha sensível”).

Palavras-chave: João Alberto Silveira Freitas, Rancière, Política.



No dia 19 de novembro de 2020 João Alberto Silveira Freitas - cidadão negro - foi brutalmente espancado por seguranças brancos e morto por asfixia enquanto era filmado pela gerente do hipermercado Carrefour, em Porto Alegre. Um desses seguranças era Policial Militar Temporário e naquele momento exercia atividade incompatível com seu cargo público. O dia seguinte, data que se celebra o Dia Nacional da Consciência Negra,

¹ UFRGS. tiagobalem@gmail.com

² UFRGS. paulo.reyes@ufrgs.br



SALVADOR E SUAS CORES [2021]
Por uma Agenda Antirracista para as Cidades Brasileiras, Africanas
e da Diáspora Negra nas Américas

foi marcado por protestos em todo o Brasil e em Porto Alegre se realizou um ato em frente ao local do crime. Quando cheguei na manifestação vi muitas pessoas, uma tropa de choque da Polícia Militar, sirenes e batidas ritmadas dos tambores da torcida organizada da qual João Aberto fazia parte. Nesse momento, os olhares dos que estavam ali se voltavam para a marquise de acesso ao hipermercado, onde um homem começava a escrever na parede com um rolo e tinta branca. No tempo dele pintar letra por letra, vimos o texto formar primeiro a inscrição que dizia PM ASSA. Para completar a palavra que escrevia, o homem que pintava a parede precisou parar e passar o rolo na lata aonde estava a tinta e voltar a completar sua frase. Mesmo quando vemos palavras incompletas, somos capazes de compreendê-las ou reconhecer seu sentido, mesmo daquilo que ainda esteja embaralhado e já parece explícito. Ou não. Esse homem consegue então interromper nossa antecipação, termina sua frase e escreve: PM ASSACINA. Algumas pessoas procuraram balbuciar entendimento em risos, gritos e palmas. Lê-la, para mim, foi duro, um soco, foi brutal. Sua escrita me marcava testemunha de uma partilha, que, representada na grafia daquele homem negro, revelava a desigualdade nele – na contagem social sua parte parece ser a alheia às condições que garantem segurança à sua vida. No momento que ele escreve assassina com C ele rompe essa partilha, inscreve um dano e materializa uma cena que denuncia o que separa – pobres de ricos; brancos de negros; aqueles cuja integridade da vida ainda se aceita ter menor valor.

A partir dessa cena, podemos pensar as práticas daqueles que não têm a propriedade da palavra - pois estão separados num ordenamento social dos que têm direito -, como potência de questionamento da contagem que estrutura as exclusões, invisibilidades e silenciamentos. Sob essa perspectiva, podemos considerar a proposição de Jacques Rancière, na obra *O desentendimento – política e filosofia*, de que política é um tipo de performance, manifestação ou gesto que desestabiliza um certo regime de distribuição social organizado na “partilha do sensível” pela “ordem policial”, e que se rompe na emergência do sujeito que produz a “política”.



SALVADOR E SUAS CORES [2021]
Por uma Agenda Antirracista para as Cidades Brasileiras, Africanas
e da Diáspora Negra nas Américas

Rancière parte da definição aristotélica do logos político para afirmar que é na relação obscura entre o justo e o nocivo que encontra-se o âmago do problema político. O autor reproduz a passagem escrita por Aristóteles para então problematizar a separação entre os proprietários da palavra (logos) e os usuários da voz (foné) e a comunidade da justiça (2018, p.15):

Único dentre todos os animais, o homem possui a palavra. Sem dúvida, a voz é o meio pelo qual se indica a dor e o prazer. Por isso é dada aos outros animais. A natureza deles vai só até aí: possuem o sentimento da dor e do prazer e podem indicá-la entre si. Mas a palavra existe para manifestar o útil e o nocivo e, por consequência, o justo e o injusto. É isso que é próprio dos homens, em comparação com os outros animais: o homem é o único que possui o sentimento do bem e do mal, do justo e do injusto. Ora, é a comunidade dessas coisas que faz a família e a cidade (ARISTÓTELES, Política, I, 1253 a 9 – 18).

Desde o princípio da política na antiguidade se reconhece a luta de classes, ou a luta de pobres e dos ricos. A política acontece quando uma parcela pobre torna sua palavra ouvida, pois “é a política – ou seja, a interrupção dos simples efeitos da dominação dos ricos – que faz os pobres existirem enquanto entidade” (RANCIÈRE, 2018, p. 26). A interrupção da dominação dada na instituição dessa entidade gera a política, “ela define o comum da comunidade como comunidade política, quer dizer, dividida, baseada num dano que escapa à aritmética das trocas e das reparações. Fora dessa instituição, não há política. Há apenas ordem de dominação ou desordem da revolta” (RANCIÈRE, 2018, p. 26). A política existe porque essa “parcela dos sem-parcela” escapa as formas de contagem (RANCIÈRE, 2018, p. 26). Na busca pelo fim do litígio, em busca da ideia de consenso, se criou um somatório de indivíduos que, aritmeticamente, chegariam ao bem comum na concepção de uma justiça geométrica. O bem comum, então, não poderia mais ser suprimido dos indivíduos, mas, sim, do abandono de interesses particulares em prol de consensos mínimos e racionais.

Contudo, pondera Rancière (2018), “A falsa continuidade do útil ao justo vem denunciar a falsa evidencia da oposição tão incisiva que separa os homens dotados de logos dos animais limitados unicamente ao instrumento da voz (phoné) [...]” (RANCIÈRE, 2018, p. 35). Rancière problematiza a visão do bem comum, ele argumenta que antes do equilíbrio entre forças, existe uma divisão na sociedade entre aqueles que falam e os



SALVADOR E SUAS CORES [2021]
Por uma Agenda Antirracista para as Cidades Brasileiras, Africanas
e da Diáspora Negra nas Américas

que não têm direito de se expressar, pois sua fala não é compreendida, e apenas manifestação de dor e prazer. Essa visão permite problematizar o parcelamento sobre aqueles que têm direito de reivindicar enquanto grupos sociais, e têm seus direitos cancelados a priori, por exemplo, os negros dos quais fazem parte os dois homens do Carrefour.

A política existe na medida em que o logos não é apenas palavra, mas também a contagem que é feita, “a contagem pela qual uma emissão sonora é ouvida como palavra, apta a enunciar o justo, enquanto uma outra é apenas uma percebida como barulho que designa prazer ou dor, consentimento ou revolta” (RANCIÈRE, 2018, p. 36). Ocorre, segundo o autor, que no interior da política existe um dano que é duplo que se apresenta no conflito constitucional em torno da relação entre a capacidade do ser falante sem propriedade e a capacidade de política. Ou seja, a dominação que o autor chama a atenção é o fundamento da contingência de toda ordem social a qual o dano evidencia a “comunidade política como antagonismo de partes da comunidade que não são verdadeiras partes do corpo social” mas de “seres sem nome, privados de logos, quer dizer, de inscrição simbólica na cidade” (RANCIÈRE, 2018, p. 35; p.37).

Assim, identificado que a política não surge pelo fato de os homens colocarem seus interesses em comum, “a política existe porque aqueles que não têm direito de ser contados como seres falantes conseguem ser contados, e instituem uma comunidade pelo fato de colocarem em comum o dano que nada mais é que o próprio enfrentamento” (RANCIÈRE, 2018, p. 40). Esse enfrentamento expõe a contradição de dois mundos abrigados num único, “o mundo em que estão e aquele em que não estão, o mundo onde há algo “entre” eles e aqueles que não os conhecem como seres falantes e contáveis e o mundo onde não há nada” (RANCIÈRE, 2018, p. 40-41). O conflito divide em duas formas de comunidade e partilha do sensível, desde seu princípio, mas que são unidas nas contagens de medidas. Na primeira forma, a fórmula dá a cada um a parcela e os papéis que lhe são devidos de acordo com a evidência daquilo que se é. Essas duas formas de comunidades se confundem numa só na qual se dá o conflito e a dedução da capacidade de ser falante e a comunidade da justiça que, portanto, estabelecem duas lógicas:



SALVADOR E SUAS CORES [2021]
Por uma Agenda Antirracista para as Cidades Brasileiras, Africanas
e da Diáspora Negra nas Américas

Há portanto, de um lado, essa lógica que conta as parcelas unicamente das “partes”, que distribui os corpos no espaço de sua visibilidade ou de sua invisibilidade e põe em concordância os modos de ser, os modos de fazer e os modos de dizer que convém a cada um. E há a outra lógica, aquela que suspende essa harmonia pelo simples fato de atualizar a contingência da igualdade, nem aritmética nem geométrica, dos seres falantes quaisquer (RANCIÈRE, 2018, p. 41).

Estas duas lógicas são confundidas com a política, quando na verdade é a política a atividade que rompe com elas e mostra a partilha do sensível. A lógica que distribui os corpos em lugares e funções, Rancière propõe chamar de polícia. O autor conceitua polícia como o “conjunto de processos pelos quais se operam a agregação e consentimento das coletividades, a organização dos poderes, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição” (RANCIÈRE, 2018, p. 41). A polícia é quem define a parcela de cada uma das partes, os modos de ser e dizer, as regras que organizam a visibilidade e a propriedade dos corpos, quem define a configuração de suas ocupações e os espaços que essas formas de ocupações são distribuídas, é “uma lei de polícia que faz tradicionalmente do lugar de trabalho um espaço privado não regido pelos modos de ver e dizer próprios do que se chama espaço público, onde o ter parcela do trabalhador é estritamente definido pela remuneração de seu trabalho” (RANCIÈRE, 2018, p. 43). Ao contrário, a noção de política é uma atividade que vai denunciar a ordem policial, neste sentido a política:

É sempre um modo de manifestação que desfaz as divisões da ordem policial ao atualizar uma pressuposição que lhe é heterogênea por princípio, a de uma parcela dos sem-parcela que manifesta ela mesma, em última instância, a pura contingência da ordem, a igualdade de qualquer ser falante com qualquer outro ser falante. Existe política quando existe um lugar e formas para o encontro entre dois processos heterogêneos (RANCIÈRE, 2018, p. 44).

Para que a política apareça é necessário o encontro, nunca pré-constituído, entre a lógica policial e a lógica igualitária. A igualdade, como um pressuposto entre seres falantes, é o oposto à distribuição policial que determina o lugar dos corpos e do estabelecimento de suas funções. Do encontro litigioso dessas ordens origina-se a política, pois “para que haja política, é preciso que o vazio apolítico da igualdade de qualquer pessoa com qualquer pessoa produza o vazio de uma propriedade política (...)” (RANCIÈRE, 2018, p. 47). A política, “ela não conhece relação entre os cidadãos e o



SALVADOR E SUAS CORES [2021]
Por uma Agenda Antirracista para as Cidades Brasileiras, Africanas
e da Diáspora Negra nas Américas

Estado. Ela conhece apenas dispositivos e manifestações singulares pelos quais às vezes há uma cidadania que nunca pertence aos indivíduos como tais” (RANCIÈRE, 2018, p. 45). A ordem política não possui questões ou objetos próprios, “seu único princípio, a igualdade, não lhe é próprio e não tem nada de político em si mesmo” ela se inscreve para atualizar sob a forma de um ação, a igualdade que a ordem policial afetou (RANCIÈRE, 2018, p. 45). A forma é o que constitui o caráter político dessa ação, que no fundo procura reafirmar o princípio da igualdade.

A violência que causou a morte de João Alberto escancara a brutalidade do racismo estrutural e a diferença do trato dado aos negros em comparação aos brancos: vive-se uma sociedade profundamente desigual, separada por raça, em que os brancos são beneficiados dessa separação e desigualdade. Indiferente a presunção de inocência, pessoas são prejudicadas conforme sua cor de pele. Contra esse racismo, a manifestação que fechou a rua em protesto ao assassinato, literaliza o espaço público como canal de comunicação da indignação frente à explícita indignidade a que são submetidas as vidas negras. Como se não fosse suficientemente evidente a falta de igualdade através desse violento acontecimento que culminou em uma morte, outro homem negro faz ver a partir de sua frase pintada sobre a marquise, não só seu grito de protesto contra a violência - PM ASSACINA -, mas que o dano partilha a palavra. Contudo, sua voz alcançou o espaço, não só um dentro de si, mas da rua, de quem pôde ouvi-la. Seu protesto, representado na frase pintada nas paredes do hipermercado, marca não só seu posicionamento, mas a consciência que sua voz deve ser ouvida. Essa consciência, que acima de sua grafia, é o que rompe a partilha do sensível por meio de um processo singular: sobre uma marquise, diante de uma tropa da Polícia Militar fortemente equipada com coletes, capacetes, roupas camufladas, ele demonstra uma capacidade que se denega as hierarquias estabelecidas a priori e, independentemente de sua instrução, ele se emancipa.

Na obra *O mestre ignorante* Rancière define a noção de emancipação assim: “chamar-se-á emancipação à diferença conhecida e mantida entre as duas relações, o ato de uma inteligência que não obedece senão a ela mesma, ainda que a vontade obedeça a uma



SALVADOR E SUAS CORES [2021]
Por uma Agenda Antirracista para as Cidades Brasileiras, Africanas
e da Diáspora Negra nas Américas

outra vontade” (RANCIÈRE, 2020, p. 32). O fundamento da emancipação intelectual encontra-se na consciência daquilo que a inteligência pode fazer, visto que “a emancipação é a consciência dessa igualdade, dessa reciprocidade que, somente ela, permite que a inteligência se atualize pela verificação. O que embrutece o povo não é a falta de instrução, mas a crença na inferioridade de sua inteligência” (RANCIÈRE, 2020, p. 64). O problema é a emancipação no sentido “que todo homem do povo pudesse conceber sua dignidade de homem, medir a dimensão de sua capacidade intelectual e decidir quanto ao seu uso” (RANCIÈRE, 2020, p. 37), pois, “todas as inteligências são iguais” (RANCIÈRE, 2020, p. 141). A emancipação intelectual é resultado do indivíduo, é realização de sua obra. Foi ela quem fez aquele homem subir sobre a marquise do hipermercado e sinalizar que não aceita a desigualdade e a violência racial, pois “a igualdade não se concede, nem se reivindica, ela se pratica, ela se verifica” (RANCIÈRE, 2020, p. 188), portanto, sua razão não depende, nem é resultado da escola ou de uma explicação sobre o uso correto da norma culta da gramática, já que basta “aprender a ser homens iguais em uma sociedade desigual – é isto que emancipar significa” (RANCIÈRE, 2020, p. 183).

No processo de emancipação intelectual a igualdade é uma pressuposição desde a origem, e a política é a verificação dela. A política torna-se, portanto, assunto para modos de subjetivação. A subjetivação é entendida como “a produção, por uma série de atos, de uma instância e de uma capacidade de enunciação que não eram identificáveis num campo de experiência dado, cuja identificação portanto caminha a par com a reconfiguração do campo da experiência” (RANCIÈRE, 2018, p. 49). A subjetivação política é uma “desidentificação” com as definições fixadas na ordem policial, que distribui funções, espaços e nomes. Enquanto a polícia deseja nomes exatos e lugares precisos, a política diz nomes impróprios que apontam uma falha e manifesta um dano. Ela fratura a contagem policial, pois “é o espaço de uma contagem dos incontados, de relacionamento entre uma parcela e uma ausência de parcela” (RANCIÈRE, 2018, p. 50).



SALVADOR E SUAS CORES [2021]
Por uma Agenda Antirracista para as Cidades Brasileiras, Africanas
e da Diáspora Negra nas Américas

A lógica da política se fundada na dualidade própria do logos - palavra e contagem da palavra -, é essa lógica que é referida e torna manifesta a partilha, de uma comunidade e de uma separação. A subjetivação política é a capacidade de produzir “cenas polêmicas”, cenas paradoxais que revelam a contradição entre a ordem policial e a igualdade (RANCIÈRE, 2018, p. 55). Cenas estabelecem o litígio entre as duas lógicas, a policial e a da igualdade, são elas quem causam desordem na ordem policial. Cenas são formas como os “incontados”, que existem apenas em sua auto-contabilidade, têm de produzir política “por atos de linguagem que são, a um só tempo, argumentações racionais e metáforas “poéticas”” (RANCIÈRE, 2018, p. 70) por meio de manifestação, performance e gestos desestabilizadores da partilha. Os “incontados” “sem-parte” precisam construir uma “cena polêmica” para que os “ruídos” que saem de suas bocas possam contar como pronunciamentos argumentativos, e possam com isso colocar em discussão o dissenso o que não era visível ou era desconsiderado.

A instituição de uma cena redefine os modos de disponibilização e circulação das palavras e dos discursos: é o que desloca a noção de rotina e previsibilidade, ela se configura pelo excesso por aquilo que transborda os lugares e tempos fixados pela ordem policial. Esse excesso, a polêmica, é o que vai caracterizar também a emergência dos “incontados” e o processo de “desidentificação” que os define. Podemos compreender a noção de cena atrelada a de dano, portanto de dissenso, mas principalmente associada a uma prática criativa e de resistência dos incontados, que inventam a cena para produzir palavras que se tornam audíveis e indivíduos percebidos. Nessa acepção, podemos entender a cena em Rancière composta de dois gestos políticos combinados: a visibilidade do dano (correção de desigualdades e assimetrias; redefinição do que pode ser visto, dito e pensado) e desidentificação (identidades sociais impostas e a partilha sensível da política).

A cena criada por aquele sujeito sobre a marquise do Carrefour pareceu deslocá-lo a outra temporalidade, uma que vinculada a sua experiência vivida, e lhe permitiu produzir no seu ato, um tempo simbólico, embora sobrecarregado das restrições impostas pela lógica policial. O dano que ele expõe na sua frase não pode ser regulado, porque os



SALVADOR E SUAS CORES [2021]
Por uma Agenda Antirracista para as Cidades Brasileiras, Africanas
e da Diáspora Negra nas Américas

sujeitos que o dano político põe em jogo não são entidades às quais ocorreria acidentalmente esse ou aquele dano, mas são os sujeitos cuja própria existência é o modo também da manifestação desse dano. Já a Polícia Militar, mais um dispositivo da ordem policial, ao final da ação da cena sob a marquise que sinalizou PM ASSACINA, a essa polícia coube o gesto de jogar nos cidadãos bombas de gás lacrimogênio e produzir um nevoeiro que, embora embaralhe as vistas e entorpece o corpo, faz ver que o desafio que a igualdade coloca é a atenção a ela mesma.

O pensamento de Jacques Rancière nos convoca a estudar processos políticos que desnaturalizam noções apriorísticas que categorizam e territorializam a luta por igualdade. Ele nos demanda um movimento de cartografar como as “cenas de dissenso” promovidas pela ação política de certos sujeitos colocam não apenas o pressuposto da igualdade em risco, mas o próprio lugar daqueles que se propõem a analisar a emergência da política e sua relação com nossos ordenamentos “policiais”.

REFERÊNCIAS

RANCIÈRE, Jacques. O desentendimento: política e filosofia. Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 2018.

_____. O mestre ignorante: cinco lições sobre emancipação intelectual. 3a Ed. Trad. Lílian do Vale. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

Fotografias de Tiago Balem.